

● Ensaios teóricos: o significado da cultura para o turismo com base local

● Anelize Martins de Oliveira (anelizemartins@hotmail.com)*

Resumo

O respectivo artigo apresenta uma reflexão em relação às acepções da cultura para o desenvolvimento local e seu sentido para o turismo. A princípio, foram elencados como prioritário um esboço do que de fato se compreende como desenvolvimento. A partir desta abordagem, buscou-se um paralelo entre turismo e desenvolvimento local, quando se subentende que a questão cultural é um fator crucial para o desenvolvimento humano e para o turismo, uma vez que a atividade, ao ser realizada de forma sistematizada, possibilita a gestão endógena dos recursos locais.

Palavras-chave: Cultura, turismo, desenvolvimento local.

Abstract

The respective article presents a reflection in relation to the meanings of the culture for the local development and its direction for the tourism. The principle, had been elencados as with priority an sketch of that of fact if it understands as development. To leave of this boarding, a parallel between tourism and local development searched, when if it understands that the cultural question is a crucial factor for the human development and the tourism, a time that the activity, to the carried through being of systemize form, makes possible the endogenous management of the local resources.

Key-words: Culture, tourism, local development.

Breves Considerações

O turismo, em diversas regiões do planeta revelou-se como uma atividade capaz de reduzir distâncias sócio-culturais e promover o intercâmbio de relações para abreviar as disparidades sociais e econômicas, no qual sua prática pode favorecer ao estímulo à economia, bem como à reprodução da identidade local.

Dessa forma, o presente trabalho tem por intenção analisar o significado da cultura, como fortalecimento da endogenia local, além de avaliar a questão cultural como atratividade para a atividade turística, de modo a deflagrar o processo de desenvolvimento local.

Mas antes de mencionar a perspectiva cultural - base deste artigo - é importante discernir o sentido do desenvolvimento. Crescimento é desenvolvimento? Até que ponto a cultura local interfere no processo de desenvolvimento? Qual a significação da cultura para o turismo? Estas são algumas questões ressaltadas e que merecem uma reflexão ao longo da leitura, pois a interpretação dos conceitos fundamenta-se em referenciais de autores renomados, uma vez que a cultura pode ser revista como fomento ao processo de desenvolvimento local.

Em consequência deste protagonismo que é proposto pela metodologia participativa, a prática do turismo deve mostrar-se incluyente desde o momento de sua idealização, assumindo desta maneira um procedimento que garanta a integridade e autenticidade de práticas cotidianas, possibilitando a gestão de iniciativas locais que possam continuamente amparar-se em benefícios que devem ser alcançados ao longo da interatividade do fenômeno turístico.

(Re) Definindo o Desenvolvimento

Para conceituar desenvolvimento local, é preciso lembrar que desenvolvimento não é mero sinônimo de crescimento econômico. De acordo com Haq (1978), a promoção do crescimento e a formação do capital econômico vieram a frustrar os esforços que visavam uma distribuição equitativa dos bens e de justiça social. A nova estratégia de desenvolvimento deve estar concentrada, portanto, no que ele julga como "combate seletivo às piores formas de pobreza".

Verhelst (1992) salienta que o desenvolvimento deve estar situado no contexto real das potencialidades a serem trabalhadas, representando a iniciativa local de um grupo de autóctones que vise a busca contínua pela libertação sistemática da miséria e do processo de opressão. Nessa perspectiva, seus estudos aportam para a incorporação de valores como solidariedade, sobriedade e cooperação mútua por meio de mecanismos que possam preservar a coesão social a fim de manter o equilíbrio, contrapondo-se, portanto, ao homo economicus, que calcula a relação custo/benefício e prioriza a qualidade do processo que se configura pelo bem-estar do indivíduo.

Diante dessa assertiva, destaca-se que o processo de desenvolvimento vem exigindo contínua reflexão, uma vez que requer uma aceção de mundo não mais centralizada na racionalidade objetivista e em valores materialistas, ou seja, este novo paradigma quebra principalmente a idéia básica de desenvolvimento atrelado ao crescimento econômico a ao acúmulo de bens.

Porém, Franco (2002) e Faissol (1994) acreditam que o fator econômico apresenta fundamental importância a qualquer processo de desenvolvimento, uma vez que uma economia que desconsidere os

*Turismóloga, Mestre em Desenvolvimento Local, Professora das disciplinas de Ecoturismo e Turismo Rural pela Universidade Católica Dom Bosco. Contato: anelizemartins@hotmail.com

desequilíbrios sociais, apresenta-se como a principal razão dos descompassos aos processos de desenvolvimento. A concepção sistêmica ao qual descreve um sistema de inter-relações propõe que o verdadeiro desenvolvimento deve prover dos efeitos positivos entre os organismos sociais e econômicos.

A questão direcionada ao desenvolvimento é que este deve ser analisado como movimento sinérgico que estabeleça estabilidade dinâmica e integrada aos grupos aos quais favorece, priorizando fundamentalmente o desenvolvimento humano na condição de satisfação de seu bem-estar e não de suas necessidades materiais.

Por esse prisma, Franco (2002) ressalta que o processo de desenvolvimento não é estático e sim dinâmico, gerador de mudanças sociais capazes de alterar os níveis de capitais (social e humano) ao definir uma estabilidade entre os agentes (sociedade civil, instituições públicas e privadas) envolvidos no processo.

O autor considera o desenvolvimento em seus aspectos humanos, sociais e sustentáveis; pois uma sociedade que desconheça suas potencialidades endógenas e considere apenas o fator econômico como viabilização do seu desenvolvimento está fadada a sua auto-destruição, já que em seu meio a melhoria nos padrões de vida não seja aplicável a toda camada da população. Em outras palavras, poderá ocorrer crescimento sem desenvolvimento e a reversão para tal quadro é concentrar o processo na composição do capital social e humano, objetivando-se condicionantes de desenvolvimento a toda sociedade.

Quanto à questão em torno da oposição entre desenvolvimento e crescimento econômico, Arocena (2001) afirma que a busca por formas de mobilização do potencial humano acerca do

desenvolvimento trouxe novas perspectivas e possibilitou uma mudança de paradigma: de quantificado e materialista para uma nova fase qualitativa e intangível. E assim, o desenvolvimento surge como alternativa para dinamizar os sistemas processuais desenvolvimentistas, mobilizando forças latentes da sociedade e evitando os efeitos nocivos auferidos do capitalismo.

Segundo afirma Kliksberg (1999), o novo modelo de desenvolvimento procura valorizar o ser humano. A idéia aplicada pelo pensamento econômico, que supunha o progresso material que racionaria a pobreza e a disparidade social está cedendo e construindo um foco de desenvolvimento voltado aos valores e à cultura humana.

Acredita-se que a mobilização social deve ser resultado da mobilização das energias da sociedade, ao qual se deve explorar adequadamente as potencialidades e capacidades específicas, elevando as oportunidades e viabilidades que assegurem o desenvolvimento local. Portanto, ressalta-se que a convergência dos agentes locais aliadas à capacidade de mobilização orienta e prioriza o desenvolvimento endógeno para que sejam estimulados mecanismos que possam garantir o bem-estar local, atendendo, por conseguinte, as aspirações comunitárias com vistas a superação de seus maiores problemas.

O significado da cultura para o desenvolvimento local

O desenvolvimento local só resultará autêntico se proceder dos dinamismos e ritmos do avanço cultural da comunidade, inclusive no que concerne ao discernimento e à implantação do desenvolvimento que compatibilize com suas peculiaridades. Assim sendo, o desenvolvimento deve partir das próprias necessidades latentes das comunidades em buscar alternativas que

propiciem benfeitorias em todos os âmbitos (econômico, social, político, cultural, etc), criando condições para que a comunidade participe efetivamente do processo de desenvolvimento.

Os modelos internacionais de desenvolvimento priorizam a estabilidade social, desconsiderando a vida humana e seu bem-estar como fatores prioritários para o desenvolvimento. Todavia, deve-se valorizar os elementos intangíveis baseados nas energias sócio-culturais, bem como na participação efetiva e ativa do capital humano e social pré-existentes, capazes de potencializar níveis de solidariedade e responsabilidade coletiva.

Na concepção de Jara (1999), o desenvolvimento precisa ir além da simples progressão material, devendo promover a justiça, o acesso à informação, à educação e o empoderamento de toda sociedade envolvida no processo, considerando-o uma metodologia de amadurecimento cultural e social. De fato, repensar o desenvolvimento a partir da construção do capital cultural pode estimular a solidariedade ao buscar ações coletivas que fortaleçam o uso comunitário dos recursos presentes, tendo em vista que a valorização da cultura local pode propiciar a auto-afirmação, identidade e melhorar as forças produtivas.

Segundo Kliksberg (1999), a cultura pode ser considerada fator decisório na coesão social uma vez que, ao apresentar raízes culturais fortalecidas, pode favorecer a reprodução do associativismo, organização sócio-comunitária e gestão participativa. Além disso, a cultura é capaz de tornar-se um instrumento de melhoria econômica e social, à medida que o desenvolvimento cultural manter a integridade identitária coletiva e construir novas possibilidades de emersão social, cultural e econômica.

Sob este enfoque ousa-se afirmar portanto que o desenvolvimento deve incluir

estratégias de dimensão cultural, compreendendo atividades efetivas de desenvolvimento em setores chaves como educação, saúde, tecnologia e a própria experiência vivida pelas comunidades. Portanto, a cultura apresenta-se como um dos vetores principais que movem o desenvolvimento endógeno de uma região.

Verheslt (1992) avalia que a cultura é uma dinâmica geradora de sentido que, ao ser analisada como um fator de desenvolvimento, pode e deve desempenhar papel fundamental para a renovação dos laços sociais na busca contínua pela qualidade de vida, pois quando uma sociedade se comprometer com a defesa e valorização de sua cultura e identidade, passando a reconhecer sua história coletiva e driblando as dificuldades existentes no local, a criatividade social emergida será peça chave para que a se encontre subsídios para desenvolver alternativas que promovam benefícios locais.

Conforme Martín (2001), a cultura local, ao fortalecer a auto-estima e propor um sentido às comunidades, valoriza o desenvolvimento de atividades criativas que surgem mediante seus valores e necessidades. Observa-se que os valores locais, a história e a cultura local se integram e passam a ser as vias de abertura ao mundo no qual o turismo surge como proposta para exacerbar o desenvolvimento local, desde que a atividade estimule resultados positivos para uma localidade ao desenvolvê-la no aspecto social e econômico, bem como contribua para manter a identidade e a cultura local.

Constata-se, portanto, que a questão cultural é um dos itens que pode contribuir para a valorização das potencialidades coletivas e individuais, favorecendo à plena realização dos anseios comunitários tornando-se o melhor e mais eficaz dos

vetores de desenvolvimento local. Isso se explica pelo fato de que uma sociedade que confia em sua dinâmica cultural é capaz de estimular o desenvolvimento ao fundamentar-se em uma postura cívica e solidária, na perspectiva de criar energias que ampliem o processo de construção e desenvolvimento do bem estar coletivo.

Cultura e turismo: um paralelo coexistente

A figura humana e suas manifestações se configuram como produto cultural a ser ofertado. O turismo, além de uma importante instrumento de promoção e dinamização socioeconômico, é por si só, uma atividade cultural. Explica-se: conhecer lugares, assistir à manifestações culturais, manter contato com a comunidade, desfrutar da gastronomia e das experiências locais, é compartilhar de elementos e significados peculiares, é se emocionar, é vivenciar e fugir do cotidiano e participar da representatividade cultural local.

Assim, Beltrão (2001) afirma que não se deve analisar o turismo de forma isolada e afastada do contexto social, pois se observa que a atividade sempre procurou retratar a cultura com base na vivência humana e isto transcorre paulatinamente em atratividade.

A riqueza cultural de uma comunidade, ao ser mantida pelas próprias necessidades de autopreservação do grupo, é um dos fomentos para a atividade turística, principalmente para aquelas pessoas que se interessam pela pluralidade étnica e cultural existente em sociedade. Nessa perspectiva, Gastal (1998, p. 129) salienta que "a cultura é um insumo turístico importante, mas é aquela cultura viva, praticada pela comunidade em seu cotidiano".

Banducci Jr. (2001, p. 22) acredita que "o turismo aparece como uma busca pela autenticidade a ser encontrada em outras culturas". De acordo com os autores acima e

compartilhando das mesmas idéias, afirma-se portanto, que o elemento cultural assume um importante papel na composição do produto turístico, mas ressalta-se aqui, um produto cuja originalidade deve se manter sofrendo o mínimo de influência possível para não se constituir banalizado.

Observa-se que os efeitos sócio-culturais resultantes na área receptiva podem se manifestar, entre outros aspectos em melhores condições de vida e em enriquecimento cultural. Em contrapartida, pode resultar na degradação do ambiente natural, bem como na alienação de costumes e tradições vivenciadas.

Sob este enfoque, Ruschmann (1997) ressalta a necessidade de atentar-se para os riscos do comprometimento da autenticidade e espontaneidade das manifestações culturais e ambientais. Ou seja, a atividade turística em vez de promover relacionamentos humanos, muitas vezes favorece apenas as relações econômicas, que permitem contatos superficiais e provocam dependência extrema da atividade por parte das populações receptoras.

Partindo-se do pressuposto de que a atividade turística é altamente positiva para uma localidade, por desenvolvê-la no aspecto social e econômico, se faz necessário realizar estudos preparatórios com as comunidades receptoras, para que estas sejam comunicadas sobre os benefícios oferecidos por este segmento de mercado que vem gradativamente colaborando para o desenvolvimento local e sustentável. Em contrapartida, deve-se preveni-las de que, caso o turismo não seja organizado de forma adequada e visando o bem estar próprio, não será uma atividade que gere os benefícios esperados.

Posto que a afirmação seja verdadeira, é preciso que a atividade seja revista como um estímulo a reprodução de

manifestações e alteridade da identidade local, uma vez que o fortalecimento das próprias raízes são fontes de atratividade. Embora isso não signifique, que as manifestações ou atividades que possam ser efetivadas pelo turismo devam ficar exclusivamente a mercê de traços diacrônicos que apresentem exclusivamente o que o turista quer ver e vivenciar, o que recria no fenômeno turístico o papel de válvula de escape para o desenvolvimento de determinadas regiões.

O que se deve avaliar são os impactos da turistificação no local, com base na herança e na história que transforma estes locais em arenas e produtos a serem ofertados drasticamente, quando o esteriótipo criado em torno do fenômeno faz com que as comunidades receptoras visualizem "o ter mais importante que o ser", massificando atitudes, comportamentos e manifestações.

As facilidades criadas para o desenvolvimento da prática do turismo se não forem planejadas adequadamente, poderão desarticular a qualidade do ambiente, transformando inevitavelmente o aspecto físico do lugar e despertando conseqüentemente para a desterritorialidade local.

Para os atores locais, que devem ser os beneficiários de qualquer ação, a questão da desterritorialidade pode corresponder à incorporação do sentimento de não-lugar, ou seja, o território acaba por ser considerado bem de consumo do visitante e recria no autóctone a concepção de rompimento das condições territoriais e identitárias, ao passo que cada atitude passe a ser massificada para agradar ao turista.

Por conseqüência dos "não-lugares" criados pelo turismo, é possível que as comunidades sintam-se marginalizadas e experimentem uma sensação de invasão de seu lugar. Portanto, é imprescindível que a identidade territorial seja retomada,

favorecendo a reterritorialidade efetiva desses espaços para que o turismo não acentue de forma drástica as disparidades sócio-espaciais e possa atenuar a condição de exclusão ao território. Cruz (2001, p. 59) faz uma ressalva quanto a esta questão:

[...] o que não se pode questionar é a capacidade que tem o turismo de mudar a organização socioespacial dos núcleos receptores, aos quais ele impõe sua lógica, que inclui a implantação de novos objetos bem como a incorporação de objetos preexistentes, tudo arranjado para que a prática social do turismo possa acontecer.

O turismo é um forte encorajador da consciência em relação ao ambiente e do senso de identidade cultural dos residentes. Esta questão pode ser observada pelo modo em que os visitantes desfrutam do patrimônio natural e cultural local, pois é comum que a população receptiva sinta seu orgulho renovado a medida que percebam que o visitante está participando e vivenciando cotidianamente a realidade local.

Turismo e desenvolvimento local: uma abordagem participativa

A tendência de desenvolver o turismo para que seja um fator de retroalimentação a manutenção e ao desenvolvimento local deve se justificar por uma abordagem em que leve em consideração a preservação do patrimônio cultural e natural de uma região, conceito discutido pelo Guia de desenvolvimento do turismo sustentável (2003) que aplicou o termo sustentável para o turismo, seguindo princípios de inclusão de oportunidades aos setores sociais que possam ser beneficiados pela atividade, partindo da prerrogativa de que a sustentabilidade (social, econômica, cultural e ambiental), venha a ser maximizada e estabelecida como critério principal ao planejamento adequado da atividade.

Diante de tal argumentação, Souza e Benevides, In: Rodrigues (1999) reafirmam que o turismo com base local surgiria como uma estratégia pelo qual a comunidade compartilhasse das ações de desenvolvimento da atividade, acreditando portanto que o processo participativo seria uma alternativa de harmonização entre a globalização (excludente) e o processo de desenvolvimento local e participativo (includente), cuja finalidade é envolver a comunidade desde o planejamento até a consecução do processo.

Contrapondo-se às tendências capitalistas (como argumentado anteriormente, quando o ter é mais importante que o ser) o desenvolvimento da atividade, sustentada na emancipação local, deve amparar-se: (1) manutenção da identidade local como próprio fator de atratividade; (2) construção de um processo democrático em que considere a participação da comunidade na condução da atividade; (3) estabelecimento de investimentos locais em infra-estrutura, sendo que estes estariam subordinados à conservação do ambiente sócio-cultural e físico.

É categórico afirmar que o turismo pode vir a estimular e renovar alguns aspectos das manifestações culturais, que, de uma forma ou de outra, estão sendo transfiguradas devido às forças de desenvolvimento do mundo globalizado. Assim, o turismo com base no desenvolvimento local constitui-se como um instrumento de manutenção da identidade sócio-cultural das comunidades receptoras, além de estabelecer um intercâmbio de relações e informações entre visitantes e visitados.

Salienta-se, portanto que a gestão participativa é um item criterioso no momento de aporte à atividade do turismo. Se a comunidade não estiver preparada para receber o turista, seja pela deficiência de

equipamentos e objetos que servem de apoio à atividade, seja por carência de preparação da coletividade, o turismo será uma atividade meramente econômica que não gera benefícios sócio-culturais em comunidades autóctones.

É importante ater-se à participação decisória como resultado de um processo sócio-comunitário, ao qual insere o indivíduo a condicionantes histórico-culturais que priorizam a relação ao restaurar a capacidade individual e coletiva de cooperar na busca de um objetivo único. Inserindo-se nesse contexto, cabe aos planejadores da atividade avaliar os anseios da comunidade apreciando suas potencialidades e necessidades latentes para que a atividade possa ser almejada e alcançada com sucesso.

O turismo, tomado como fenômeno inovador poderia gerar benefícios sociais, culturais e econômicos para a comunidade; principalmente no que compete à preservação do seu legado cultural e natural, bem como no intercâmbio de suas relações primárias e secundárias, oportunizando condições para o desenvolvimento participativo do território.

Todavia, ressalta-se mais uma vez que para que a atividade turística possa ser implantada é necessária a realização de estudos preparatórios com as comunidades receptoras. Acima de tudo, é importante diagnosticar e revelar as potencialidades locais - sobretudo culturais - que levem a melhorias qualitativas e criem condições para a gestão participativa do turismo e para o desenvolvimento endógeno da região, fomentando dessa maneira a mobilização dos atores locais em prol de alternativas que despertem para a verdadeira concepção de desenvolvimento.

Considerações Finais

A princípio, este estudo constituiu-se em exibir uma nova abordagem a cerca do desenvolvimento. Aquele desenvolvimento que ressurgiu da força do lugar e do protagonismo emergente da localidade. Aquele desenvolvimento que se concentra no capital humano e sócio-cultural como bem mais precioso que pode fazer funcionar a mola propulsora da economia. O desenvolvimento que tem em seu centro as necessidades fundamentais do ser humano que almeja por um destino justo e equitativo.

A partir desta concepção, procurou-se apontar alguns caminhos teóricos que desmistificam o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, posto que este está implicitamente ligado ao acúmulo de bens, enquanto o verdadeiro desenvolvimento aflora em nível particular, concentrando condições para uma busca pelo bem estar, seja ele coletivo ou individual.

E a cultura? A expressão cultural no mundo globalizado mostra-se tão importante quanto uma política centralizada apenas na economia. Em outras palavras, a valorização da cultura e o fortalecimento da identidade como fatores de precisão territorial podem favorecer a integridade e autenticidade de reproduções culturais distintas, bem como alavancar oportunidades sócio-econômicas, dentre as inúmeras, a atividade turística.

Pode ser utópico analisar o turismo a partir de uma narrativa participativa, tendo em vista que a atividade muitas vezes surpreende pelo caráter de exclusão da comunidade receptiva no processo de implantação e gestão dos recursos locais. Sonho? Uma realidade futura? Quem ousa afirmar que a mobilização em torno da atividade deve estar relegada aos mais abastados?

Não se pode desmerecer a força do capitalismo no mundo globalizado atingindo a economia, a política, a cultura, ou seja,

todos os campos da vida humana. Mas o que se pode e se deve considerar nesta reflexão é que toda e qualquer atividade do turismo deve ter em seu epicentro uma estratégia que reproduza o dinamismo procedente das potencialidades endógenas de comunidades receptivas, impugnando conseqüentemente na melhoria dos índices de qualidade de vida e na participação efetiva na condução da atividade, revelando assim, os méritos pelos esforços coletivos e os benefícios que podem ser gerados para os atores locais.

Referências Bibliográficas

- AROCENA, J. El desarrollo local: un desafío contemporáneo. Montevideo: Universidad Católica, 2001.
- BANDUCCI Jr., Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: BANDUCCI Jr A., BARRETO, M.(orgs.). Turismo e identidade local: uma visão antropológica. Campinas: Papirus, 2001.
- BELTRÃO, O. Turismo: a indústria do século 21. Osasco: Novo Século, 2001.
- BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. Turismo e desenvolvimento local. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- CRUZ, R. C. A. Introdução à geografia do turismo. São Paulo: Rocco, 2001.
- FAISSOL, E. O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- FRANCO, A. de. Pobreza e desenvolvimento local. Brasília: ARCA, Sociedade do Conhecimento, 2002.
- GASTAL, S. (org.). Turismo: 9 propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: EDPUCRS, 1998.
- HAQ, M, U. A cortina da pobreza - opções para o Terceiro Mundo. Trad. Richard Paul Neto. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978.

- JARA, C. J. Capital social: construindo redes de confiança e solidariedade. Quito: NEAD, 1999.
- KLIKSBERG, B. Capital social y cultura: claves esenciales del desarrollo. In: Revista de la CEPAL (69), dez. /1999, p. 85-102.
- MARTÍN, J. C. Desarrollo local para un nuevo desarrollo rural. In: Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, 2001. vol.2, n. 3, p. 57-66.
- Organização Mundial do Turismo. Guia de desenvolvimento do turismo sustentável. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- RUSCHMANN, D. V. M. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.
- SOUZA, M. J. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. Turismo e desenvolvimento local. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- VERHELST, T. O direito à diferença - identidades culturais e desenvolvimento. Trad. Maria Luíza César. Petrópolis: Vozes, 1992.